

TENDÊNCIAS

Crise mexicana mostra risco de recessão

Lembrete aos brasileiros:
desajuste externo se conserta com desemprego e aperto de cinto

ROLF KUNTZ

Recessão é a palavra implícita quando se fala em crise de balanço de pagamentos. É esse o alarma importante acionado pela crise mexicana. Isso quer dizer falência, desemprego e baixa de padrão de vida. Mesmo com o pacote de ajuda internacional, dificilmente o México escapará de uma nova fase de estagnação, para consertar suas contas externas. Cortar de US\$ 28 bilhões para US\$ 14 bilhões o déficit em conta corrente, de um ano para outro, só se consegue com violento aperto de cinto. Depois, os mexicanos ainda estarão devendo muito mais que os US\$ 149 bilhões contabilizados no fim de 1994 (desse total, US\$ 106 bilhões eram compromissos do setor público). Além de tudo, o primeiro efeito de uma crise desse tipo, uma abrupta desvalorização cambial, é um tranco inflacionário. No México, bens de consumo essenciais encareceram até 30% nos primeiros dias de janeiro, apesar do congelamento. A equipe econômica de Brasília sabe disso e muito mais. Isso explica o novo tom das declarações e os primeiros sinais de mudança de rumo. O déficit comercial do fim do ano, cerca de US\$ 1,38 bilhão em novembro-dezembro, foi um empurrão a mais.

Até o fim do ano, gente da equipe econômica falava claramente em eliminar o superávit comercial, para produzir um

deficit em conta corrente de uns US\$ 12 bilhões a US\$ 15 bilhões de dólares, financiáveis com o ingresso de capitais. Isso era apresentado como objetivo de política. O primeiro a apontar o rumo foi o diretor da Área

Externa do Banco Central, Gustavo Franco. Pêrsio Arida, recém nomeado presidente do BC, muda o tom da conversa. Procurado pelo **Estado** na sexta-feira, recusou-se a falar em metas para a conta de comércio e para a conta corrente e acrescentou uma observação: nem como dirigente do BC, nem como presidente do BNDES, no governo anterior, manifestou sua opinião sobre como orientar a política das

contas externas. Seu antecessor no cargo e hoje ministro da Fazenda, Pedro Malan, voltou a admitir como razoável um déficit em conta corrente de até 1,5% do Produto Interno Bruto. De modo geral, os economistas concordam com isso. Malan, porém, adicionou uma ressalva: é preciso evitar a dependência de capitais de curto prazo. Esse comentário é novidade na retórica oficial.

O imbroglío mexicano não é um problema de bolsa de valores, embora a maior parte do barulho se faça em torno disso. O assunto é tratado como se importasse, acima de tudo, ao especulador financeiro. É

algo imensamente mais importante e mais grave. O programa de acerto esboçado pelo governo do presidente Ernesto Zedillo Ponce de Leon assusta qualquer pessoa razoavelmente informada. A versão original (ver

CONTA DE CHEGAR

Esquema de solução mexicana (bilhões de dólares)

Fontes

Reservas iniciais	6,148
Pacote oficial *	17,560
Privatizações	8,500
Investimento Estrangeiro	8,000
Repatriação	1,000
Novas dívidas	5,000
Total	46,218

Necessidades

Deficit em conta corrente	14,000
Pagamentos	
Tesobonos	29,200
Dívida negociada	8,000
Total	51,200
Faltam	4,982

* Créditos de EUA, Canadá, Japão, França, Alemanha, Reino Unido e FMI
Fonte: Summa, 10/1/95

a tabela do alto) é um ato de fé reforçado por pensamento positivo. Na relação das fontes de recursos, o único item mais ou menos seguro é o pacote de ajuda oficial, sujeito, ainda assim, a pressões políticas e econômicas de todo tipo. Os outros recursos dependem de uma porção de condições difíceis, como a atração de investimento estrangeiro, a repatriação de capitais e endividamento adicional. A privatização (com receita esperada de US\$ 8,5 bilhões) se transforma em política de emergên-

cia, para tapar buraco. Satélites, serviços telefônicos, estradas, petroquímicas, aeroportos, participação em banco e portos aparecem na lista da grande liquidação.

Do outro lado, o das necessidades de recursos, o pensamento positivo reaparece. O déficit em conta corrente, resultante dos saldos de comércio de mercadorias, serviços ("invisíveis", como juros, fretes, seguros, royalties e dividendos) e transferências unilaterais (remessas individuais, doações etc.), é cortado magicamente pela metade. A maior parte desse déficit, no ano passado, esteve localizado no comércio, com um buraco de uns US\$ 19 bilhões. Diminuir o rombo implicará não só aumentar as exportações, mas também podar severamente as importações, reduzindo o emprego e o salário.

No Brasil, a primeira mudança foi a eliminação do recolhimento compulsório de 15% sobre os ACC, as antecipações de contrato de câmbio, realizadas pelos exportadores. Aparentemente, o aumento dos contratos, na semana passada, foi uma resposta a isso. A elevação dos juros também favorece os exportadores, melhorando seu ganho na aplicação do dinheiro obtido, por adiantamento, na negociação dos dólares. A curto prazo, o governo também pode reduzir a carga tributária sobre a exportação, eliminando a incidência do PIS-Pasep e da Cofins (promessa do ano passado). Não deve haver alteração sensível no câmbio, mas o BC provavelmente evitará maiores deslizamentos do dólar.

REPIQUE DA EXPORTAÇÃO

Contratos de câmbio (médias diárias, em milhões de dólares)

	Exportação	Importação
Julho	137,6	93,9
Agosto	146,1	104,7
Setembro	166,6	117,0
Outubro	170,2	130,5
Novembro	126,9	157,6
Dezembro	138,2	163,9
Janeiro*	197,5	200,8

* Média até dia 19
Fonte: BC/Sudameris

MEXICANOS
TERÃO DE
PODAR
CONSUMO
PARA REDUZIR
O DÉFICIT
EXTERNO